

XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
ÁREA 1. METODOLOGIA E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

MULHERES ECONOMISTAS NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO
ECONÔMICO: uma breve introdução aos pensamentos de Vânia Bambirra e
Maria da Conceição Tavares.¹

Izamara Malaquias de Jesus²

Lázaro Brito Borges³

Resumo

Este trabalho tem como ponto de partida a procura permanente, aqui, ainda de maneira introdutória, a contribuição intelectual e militante das economistas Vânia Bambirra e Maria da Conceição Tavares, cuja interpretação científica das economias dependentes aproxima por princípios e método à Crítica da Economia Política da realidade latino-americana. Nesse sentido, Bambirra e Tavares, Mulheres de raro conhecimento e práxis, guiadas por um método científico e de uma capacidade única e singular de interpretação histórica dos processos de formação e transformação das relações capitalistas na América Latina, apontaram os limites e as tendências do *capitalismo dependente*, as possibilidades da organização das trabalhadoras e dos trabalhadores na luta contra as violências das classes dominantes, construindo assim um pensamento econômico engajando à luta política, contribuindo sobremaneira para a construção de estratégias de libertação dos povos oprimidos pelo capital que condicionam o subdesenvolvimento e a dependência.

Palavras-chaves: Mulher; crítica da economia política; capitalismo dependente; luta.

Abstract

This work has as its starting point the permanent search, here, still in an introductory way, for the intellectual and militant contribution of the economists Vânia Bambirra and Maria da Conceição Tavares, whose scientific interpretation of dependent economies brings principles and method closer to the Critique of Political Economy of Latin American reality. In this sense, Bambirra and Tavares, women of rare knowledge and practice, guided by a scientific method and a unique and singular capacity for historical interpretation of the processes of formation and transformation of capitalist relations in Latin America, pointed out the limits and trends of capitalism dependent, the possibilities

¹ Agradecemos a leitura e considerações pertinentes realizadas por Juliana Cecília de Carvalho (Psicóloga - Recife-PE). Como de praxe, todas as lacunas do texto são de inteira responsabilidade nossa.

² Economista (UFVJM), Grupo de Mulheres Organizadas do Vale do Mucuri em Minas Gerais, Cooperativa Central da Reforma Agrária de Minas Gerais - CONCENTRA (MST-MG). E-mail: izamara.malaquias@gmail.com.

³ Economista (UFVJM), especialista em Ensino de Filosofia no Ensino Médio (UFSJ) / Economia e Desenvolvimento Agrário (UFES/Pronera/ENFF - Turma Vânia Bambirra), educador da Escola "Família Rural de Ecoporanga". E-mail: lazarohumanidades@gmail.com.

of organizing workers in the fight against the violence of the dominant classes, thus building an economic thought engaging in the political struggle, contributing greatly to the construction of strategies for the liberation of peoples oppressed by capital that condition underdevelopment and dependency.

Keywords: Woman; critique of political economy; dependent capitalism; fight.

1. Introdução

“Neste momento, o papel de previsão da ciência está limitado pela prática concreta do movimento social, que é o que, definitivamente, concretizará ou não alternativas e tendências. De todas as maneiras quaisquer que sejam as direções imediatas que os processos de desenvolvimento venham a assumir, estas são relativamente provisórias”.

(Vânia Bambirra)

O presente artigo tem como objetivo uma preliminar discussão e afirmação à respeito da contribuição do trabalho intelectual e militância política de Vânia Bambirra e Maria da Conceição Tavares (Mulheres, economistas, intelectuais e militantes da realidade latino-americana) no campo da “História Pensamento Econômico”, da “Crítica da Economia Política” e da “luta política” diante do “capitalismo dependente”, apontando os limites e as possibilidades históricas à construção da “democracia”, do “desenvolvimento socioeconômico” e da “soberania nacional” na perspectiva popular e socialista no continente americano, mas, sobretudo no Brasil contemporâneo. Para a classe trabalhadora, uma vez que pouco conhece da ciência econômica, mas, em seu conjunto e diversidade, é subordinada à uma condição de sobrevivência material sob à reprodução da forma *valor*⁴ por meio do trabalho, sendo a responsável pela (re)produção capitalista, gostaríamos de iniciar por aqui, do ponto de vista da Mulher, uma “perspectiva de interpretação histórica livre” da “reação” e da “tradição dominante” (FERNANDES, 2020), situação ainda presente em corpos, mentes e corações.

⁴ “O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surplus labour*). Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado” (MARX, 1996, p. 331-332).

Portanto, organizamos nosso trabalho a partir de uma introdução que aproxima-se da perspectiva histórica e metodológica em questão⁵, para em seguida, apresentar as principais contribuições das economistas Bambirra e Tavares à “História do Pensamento Econômico”, bem como suas posições intelectuais e de luta política, pois, como afirma Hildete Pereira de Melo (2012), Conceição Tavares é uma “mulher política” e, Vânia Bambirra, uma mulher de “coragem”, de “fôlego” e “polêmica”, nas palavras de Fernando Correa Prado (BAMBIRRA, 2013, p. 15), mulheres em luta, em defesa da classe trabalhadora e da crítica da ciência econômica burguesa-liberal, processos e legado às mestras do *pensamento crítico* da América Latina e em nível mundial.

A compreensão, leitura e conhecimento da realidade concreta a qual (sobre)vive à classe trabalhadora brasileira (sobretudo as mulheres, os negros e os povos nativos/indígenas), classe oprimida pelas condições materiais e por determinações ou condicionamentos das relações capitalistas na América Latina, ou seja, à reprodução do “capitalismo dependente” (BAMBIRRA, 2013; FERNANDES, 2020, 1990; TAVARES, 1999, 2000, 2019), tem por caminho necessário o rigor de um trabalho teórico e metodológico construído historicamente no campo da “Crítica da Economia Política” e da “História do Pensamento Econômico”, pois, ir “ao estudo da história do pensamento econômico que tem imensa importância histórica e teórica. Como ciência, está intimamente ligado, de um lado, à história do desenvolvimento econômico e à luta de classes; de outro a economia política teórica” (RUBIN, 2014, p. 29). Por isso,

De um ponto de vista histórico, as doutrinas e ideias econômicas podem ser incluídas entre as mais importantes e influentes formas de ideologia. Como em outras formas de ideologia, a evolução das ideias econômicas depende diretamente da evolução das formas econômicas e da luta de classes. As ideias econômicas não nascem no vácuo. Frequentemente, surgem diretamente da agitação dos conflitos sociais, do campo de batalha entre diferentes classes sociais. (RUBIN, 2014, p. 29)

É tarefa imprescindível ao método de “pesquisa” e de “exposição” da realidade concreta social, à relação e conexão intrínseca entre a crítica, a história e a ciência, uma vez que são as “*condições históricas*” do desenvolvimento socioeconômico que condicionam o surgimento das ideias e políticas econômicas, seu “*significado teórico*”, porquanto, “se o conhecimento da história do pensamento econômico é, no geral,

⁵ “Por isso, o concreto aparece no pensamento como resultado e não como um ponto de partida. O conhecimento obtido desse modo é uma verdadeira reprodução da realidade. Marx considera este o método cientificamente exato; [...]” (FERNANDES, 2008, p. 26).

essencial para uma compreensão mais profunda da economia política teórica, isso é ainda mais verdadeiro quando se trata do sistema teórico de Marx” (RUBIN, 2014, p. 30-31). Em suma, “o pensamento deve-se mover paralelamente à exposição histórica, procedendo a uma análise crítica e superando os problemas e contradições que confrontaram os economistas no curso da história. Esse processo exige voltar à economia política teórica.” (RUBIN, 2014, p. 33). Por uma questão de *classe e método*, voltemos ao princípio,

Assim como os *economistas* são os representantes científicos da classe burguesa, os *socialistas* e os *comunistas* são os teóricos da classe proletária. Enquanto o proletariado não está bastante desenvolvido para se constituir como classe e, conseqüentemente, a sua própria luta com a burguesia não tem ainda um caráter político; enquanto as forças produtivas ainda não estão bastante desenvolvidas, no seio mesmo da burguesia, para possibilitar uma antevisão das condições materiais necessárias à libertação do proletariado e à formação de uma sociedade nova, esses teóricos são apenas utopistas que, para amenizar os sofrimentos das classes oprimidas, improvisam sistemas e correm atrás de uma ciência regeneradora. Mas, à medida que a história avança e, com ela, a luta do proletariado se desenha mais claramente, eles não precisam mais procurar a ciência em seu espírito: basta-lhes dar conta do que se passa ante seus olhos e se tornarem porta-vozes disso. [...] A partir dessa observação, a ciência produzida pelo movimento histórico, e que se vincula a ele com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária. (MARX, 2009, p. 141-142)

Do ponto de vista da totalidade histórica, a relação intrínseca entre realidade, história, método e ciência, o trabalho torna-se árduo e extenso, entretanto de necessidade e centralidade inquestionável, diante dos desafios da sociedade moderna/ contemporânea (NETTO, 2011). Nesse contexto, trabalho e legado de Vânia Bambirra e Maria da Conceição Tavares (economistas de singular referência intelectual e militância política), o arcabouço teórico e metodológico em relevância da *crítica e luta* por elas construídas, evocam questões que aqui deixamos como notas introdutórias, para elucidar e afirmar a clarividência da perspectiva teórica e política do *pensamento crítico* latino-americano. Nesse sentido, é atual a discussão ora proposta, visto que,

A tradição dominante em nossa historiografia conduziu os melhores espíritos a uma espécie de “história oficial” singularmente desprezada de intenções interpretativas e, em particular, muito sujeita a converter os móveis declarados e as aspirações ideais conscientes dos agentes históricos em realidade histórica última, tão irredutível quanto verdadeira em si mesma. A reação a esse padrão deficiente e deformado de descrição histórica é recente e ainda não conseguiu criar uma perspectiva de interpretação histórica livre de etnocentrismos, aberta a certas categorias analíticas fundamentais e criticamente objetiva. Por

isso, aí reina uma confusão conceptual e metodológica prejudicial a qualquer tentativa de investigação macrossociológica. (FERNANDES, 2020, p. 29)

Na linha de frente da contracorrente do *establishment*⁶ aos processos emergidos e concretizados pela “revolução burguesa” no Brasil, cujo momento histórico condiz com os imperativos do capital internacional, seus grupos hegemônicos e propagação da ideologia/política neoliberal, sob a tutela e comando dos Estados Unidos, coloca-nos à questão de realizar à *crítica* de um ponto de vista metodológico “histórico-estrutural” (BAMBIRRA, 2013) abrangente aos condicionamentos dos processos políticos de construção e defesa ou dominação e ameaça da democracia enquanto resultantes da luta de classes no contexto da realidade brasileira contemporânea, pois,

importa-me mais reavaliar o que retardou tanto a construção de uma nação democrática em nosso país. Que tipo de pacto de dominação é este que não nos permite responder à atual crise, ainda que de forma defensiva, sem regressão econômica e social ao contrário de outros países periféricos de raízes autoritárias que começaram o seu “desenvolvimento capitalista” muito mais tarde? [...]

Existem fundadas razões para atribuir importância fundamental às dimensões econômicas e políticas da ocupação e do domínio privado e político do território. Entre as dimensões econômicas mais importantes para o processo de acumulação de capital, a expansão da fronteira pelos negócios de produção e exportação do *agrobusiness* e da exploração de recursos naturais mantém-se ao longo de toda a história econômica brasileira. Assim, a ocupação mercantil e o domínio político do território tornam os “donos da terra” indispensáveis ao pacto de dominação nacional. (TAVARES, 2000, p. 136)

Assim, segundo Mello (2017, p. 16), contrapondo às teorias e ideologia burguesa da “globalização”, a economia capitalista, no limiar do século XXI, coloca o Brasil diante de uma “extraordinária contrarrevolução liberal-conservadora”, em síntese, aprofundamento do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente, uma vez que o “[...] desenvolvimento monstruoso do capitalismo financeiro revelou uma verdade incontestável, ou seja, o capitalismo é um regime de produção orientado para a busca da riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro” (MELLO, 2017, p. 23).

⁶ “É um equívoco imaginar que vantagens imediatas sejam uma vantagem política. A vantagem política é ter ideias, manter ideias, esperar que elas floresçam, que é o nosso trabalho. Quer dizer, é e aí há um ganho político. A produção de ideias corretas resulta, no tempo, num ganho político. Quer dizer há uma perda, haveria uma perda se a preocupação fosse participar do *establishment*” (SANTOS, 1997).

Assim, “a crescente redundância do trabalho vivo” (MELLO, 2017, p. 24), e todas as formas de exploração da força de trabalho vêm agravando as condições de vida da classe trabalhadora e aprofundando as relações de produção que nos mantém no subdesenvolvimento, dependência, bem como à ameaça de regimes antidemocráticos (fato consumado no período 2016-2022). Portanto, sabemos como afirma Vânia Bambirra e Conceição Tavares, que o capitalismo no Brasil “[...] no que diz respeito às condições da sua própria reprodução, até mesmo trabalhadores que são donos dos seus meios de produção, individualmente ou coletivamente, serão obrigados a responder aos imperativos do mercado” (WOOD, 1998, p. 23), ou seja,

A expansão dos imperativos capitalistas através do mundo tem reiteradamente reproduzido alguns dos efeitos apresentados por ele no seu país de origem. O processo de expropriação, extinção dos direitos costumeiros de propriedade, a imposição dos imperativos do mercado e a destruição ambiental têm continuado. Este processo tem expandido seu alcance das relações entre classes exploradas e exploradoras às relações entre países imperialistas e países subordinados. Mais recentemente, a generalização dos imperativos do mercado tem tomado a forma, por exemplo, de obrigar (com a ajuda de agências capitalistas internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) fazendeiros do terceiro mundo a substituir estratégias de auto-suficiência em matéria de produtos agrícolas por produção especializada para o mercado globalizado. (WOOD, 1998, p. 22)

Sabemos que o Brasil vive um “impasse” cujas “estruturas” e “história” do “capitalismo dependente” tendem a ser reinventadas em novas formas de exploração/expropriação do território nacional e da força de trabalho dentro das condições concretas da acumulação de capital sob o comando do Estado e da burguesia brasileira “associada” do capital internacional⁷. Por isso, “Pela primeira vez na história do capitalismo brasileiro, não temos modelo de crescimento, nem ‘para fora’ nem ‘para dentro’, compatível com o tamanho do encilhamento financeiro em que nos metemos [...] (TAVARES, 1999, p. 486-487).

Hoje, à exceção do sistema financeiro, com sua configuração oligopólica consentida, e do agrobusiness, cujo espaço de contribuição para o aumento da formação bruta de capital fixo e do Produto Interno Bruto é exíguo, todos os demais ramos da atividade produtiva nacional

⁷ “Uma vez que os imperativos do mercado ditam os termos da reprodução social, todos os atores econômicos – tanto apropriadores quanto produtores, mesmo que mantenham a posse, ou mesmo a propriedade dos meios de produção – estão sujeitos às exigências da competição, da produtividade crescente, da acumulação de capital e da intensa exploração do trabalho” (WOOD, 1998, p. 23).

encontram-se de cócoras, submetidos ao impacto perverso dessa conjuntura dos diabos. A crise econômica se espalha como uma cortina de espinhos por todo o tecido social do país. Há assimetrias, é bom que se saliente, entre os dois “campeões estruturais” da economia nacional. Os bancos, os mais prósperos, engordam do fenecimento alheio, sugando a seiva da produção e do emprego. Já o agrobusiness está sempre superando os limites da sua existência, com aumentos de produtividade e faturamento recordes. Ocorre que esses limites são largos, mas de baixo impacto no valor adicionado da atividade econômica. [...]. (TAVARES, 2019)

As relações de produção do “capitalismo dependente” vão sendo condicionadas pela manutenção da exploração da classe trabalhadora e dos recursos naturais apropriados nos territórios em função da acumulação de capital (sobretudo ao ditames do capital financeiro internacional), do “modelo agrícola”(agronegócio), da mineração, etc., porquanto, um sistema de produção insustentável/ irracional (sobretudo do ponto de vista social, ambiental) pois destrói solos, águas, florestas, ar, natureza, culturas, vidas e ancestralidades. Como é da própria lógica da forma *valor* e da acumulação do capital, o campo e as cidades brasileiras são atingidos por esse processo de *dependência*, *subdesenvolvimento* e *crise estrutural*. Assim,

Embora a forma do trabalho enquanto trabalho assalariado seja decisiva para a configuração de todo o processo e para o modo específico da própria produção, o trabalho assalariado não é determinante. Na determinação do valor se trata do tempo social de trabalho em geral, do quantum de trabalho de que a sociedade em geral dispõe e cuja absorção relativa pelos diferentes produtos determina até certo ponto seu peso social relativo. A forma determinada em que o tempo social de trabalho se impõe como determinante no valor das mercadorias está vinculada, no entanto, à forma do trabalho enquanto trabalho social e a correspondente forma dos meios de produção enquanto capital à medida que só nessa base a produção de mercadorias se torna forma genérica da produção. (MARX, 1985-1986, p. 314)

2. A Mulher latino-americana: *Contribuições à História do Pensamento Econômico*

Vânia Bambirra é a economista brasileira que tornou-se referência no pensamento econômico e crítica da ciência econômica, por sua argúcia, profundidade teórica e luta política, ao viver, analisar e interpretar de maneira crítica e coerente à realidade concreta do capitalismo contemporâneo e das lutas anticapitalistas/ anti-imperialistas junto aos povos latino-americanos. Por isso, desde os tempos de estudante de graduação (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), pós-graduação e docência

(Universidade de Brasília - UnB) ao exílio e trabalhos no Chile e no México, diante dos regimes autoritários concretizados no Brasil (1964) e no Chile (1973), o pensamento econômico e o legado construídos por Vânia Bambirra, sempre foram acompanhados por sua militância política, no sentido da luta pela libertação da Mulher e dos povos engajada à uma produção científica crítica em função da “transição socialista” na América Latina. Na obra “*O capitalismo dependente latino-americano*” (publicado no Brasil em 2013, 40 anos após sua publicação original no Chile) Bambirra demarca a árdua tarefa intelectual e o compromisso político imprescindíveis à “investigação” e “exposição” (MARX, 1996) dos condicionamentos e “situação de crise estrutural” presente na América Latina pois, “[...] ainda é preciso elucidar, através da análise científica multidimensional e integradora, qual é o verdadeiro caráter dessa crise e de seus componentes histórico-estruturais” (BAMBIRRA, 2013, p. 34). Por isso,

Neste sentido, a ciência social oficial - ou seja, a ciência burguesa - realizou vários esforços, mediante os quais muitas vezes foi capaz de destacar aspectos importantes dessa crise, mas nunca conseguiu alcançar uma verdadeira explicação global desse processo, ao se encontrar limitada pelos compromissos com a ordem vigente e por metodologias que também estão comprometidas com essa ordem. Assim, tal ciência se torna instrumento de mistificação, na medida em que revela apenas o aspecto “consentido” da realidade. (BAMBIRRA, 2013, p. 34)

Vânia Bambirra afirma que “o problema que se apresenta para quem pretende tentar buscar uma nova interpretação do processo de desenvolvimento latino-americano é, inicialmente e sobretudo, de natureza *metodológico-conceitual*” (BAMBIRRA, 2013, p. 37, *grifo nosso*). Portanto, “[...] deve-se buscar definir novas categorias analítico-explicativas que sirvam de base, não propriamente para uma nova teoria do desenvolvimento, mas sim para uma teoria da dependência” (BAMBIRRA, 2013, p. 38), partindo da materialidade e historicidade da realidade concreta dos países dependentes, por isso, Vânia Bambirra trata de redefinir e utilizar a *dependência* “[...] como a categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, procuramos definir o caráter *condicionante concreto* [...]” (BAMBIRRA, 2013, p. 38). Investigando a história e realidade das economias dependentes em suas determinações, da “*relação existente entre situação de dependência e estrutura dependente*”, Vânia Bambirra procura analisar as “estruturas dependentes latino-americanas a partir do *pós-guerra* [...] época que contém as características especiais, pois

se inicia uma nova fase do processo de integração dessas sociedades ao sistema capitalista *monopolista* mundial.” (BAMBIRRA, 2013, p. 39).

Ao construir um pensamento crítico e manter o argumento em função de uma “reinterpretação” crítica da categoria dependência, “com o rigor e clareza necessários” (BAMBIRRA, 2013, p. 41-42), Vânia Bambirra deixa-se guiar por uma “concepção metodológica” (“*histórico-estrutural*”) necessária aos enfrentamentos dos desafios postos aos intelectuais que lutam ao lado da classe trabalhadora, das organizações sociais e movimentos populares/camponeses, contrapondo às “tentativas tipológicas” de sociólogos e suas análises de natureza “empirista” e “gradualista”. Por isso, sua análise e visão singular é atual e necessária, como fora na crítica realizada às “tipologias” propostas por Fernando Henrique Cardoso⁸ e Enzo Faletto. Portanto, para Vânia Bambirra, estava claro que os autores propuseram uma análise deficiente, incongruente, insuficiente, longínqua da história econômica, chegando a ser de um “caráter excessivamente genérico”, uma vez que desconsidera e dificulta a análise das “mudanças ocorridas na economia mundial, que determinam o novo caráter da dependência. Não se aponta, por exemplo, quais são as variações substanciais [...] quais são as tendências e alternativas históricas vislumbradas” (BAMBIRRA, 2013, p. 53-54). Portanto,

Discutir as condições que tornam efetivo um dado processo histórico-social implica em determinar os interesses objetivos das classes sociais que o impulsionaram, seu desenvolvimento e seus limites, definindo assim as contradições geradas. E é somente a partir dessa base que se pode vislumbrar as formas para a sua superação. (BAMBIRRA, 2013, p. 62)

Para Vânia Bambirra, como comprova a história e os rumos tomados pelas economias dependentes latino-americanas no período do pós-guerra, o sistema capitalista em sua expansão imperialista/ mundial condicionou um “processo de integração monopólica”. Tal processo caracteriza-se por uma política de intervenção e orientação política/ econômica dos Estados Unidos para os países dependentes que abandonaram⁹ as possibilidades de uma política de planejamento, em função do desenvolvimento nacional,

⁸ Ministro das Relações Exteriores e ministro da Fazenda (1992 - 1994) do governo Itamar Franco (1992 - 1994), idealizador do Plano Real e, Presidente da República (1995 - 2002), sendo um dos principais responsáveis pelo aprofundamento da dependência e do *neoliberalismo* no Brasil.

⁹ “É assim que a partir dos anos 1950, a história das burguesias nacionais latino-americanas naqueles países em que puderam existir, é a história de sua integração ao imperialismo, de sua submissão enquanto classe ao imperialismo, do abandono de suas ambições nacionalistas e autonomistas e o fim dos seus projetos próprios” (BAMBIRRA, 2013, p. 133-134).

facilitando a entrada do capital estrangeiro e a implantação de regimes autoritários (BAMBIRRA, 2013, p. 126-128). Portanto, diante dos limites impostos pelos interesses da classe dominante que utiliza o Estado em seu benefício próprio (JESUS, 2019, p. 102), é relevante observarmos,

Entre os problemas econômicos, sociais e políticos do subdesenvolvimento que Kalecki visualizou foi o problema da terra, que dava suporte para perpetuar o atraso. Assim, a necessidade de haver uma reforma agrária que pudesse assegurar os bens essenciais, algo que estava explícito nas suas ideias, poderiam mover estruturas. Confirmou que para as economias subdesenvolvidas, a superação se encontrava no planejamento econômico tendo Estado como principal protagonista. Propor o planejamento econômico é realmente pensar um governo democrático que pensasse conjuntamente em mudanças políticas, em prol da população como um todo e não somente de uma classe. (JESUS, 2019, p. 102).

Esse processo inicia-se pela penetração e domínio do capital estrangeiro na indústria nacional (BAMBIRRA, 2013, p. 136), mas, posteriormente assumirá novas determinações e dinâmicas de “funcionamento estrutural”, como podemos observar a partir dos anos 1990, a continuidade da ofensiva imperialista, expressa nos processos de privatização e domínio do capital financeiro internacional/ nacional nos setores da economia brasileira (política econômica, “modelo de produção agrícola”, etc.). Por isso, “[...] *não é viável conceber, nem histórica nem teoricamente, a promoção do desenvolvimento na esfera nacional, de forma alheia ao desenvolvimento desse sistema em escala mundial.*” (BAMBIRRA, 2013, p. 137).

Nesse sentido, a história é testemunha que no “capitalismo dependente”, “[...] realiza-se em todos os países um processo de monopolização que reflete, ao mesmo tempo, a centralização e a concentração industriais. Este processo afirma o predomínio do grande capital estrangeiro nos setores produtivos fundamentais.” (BAMBIRRA, 2013, p. 215). Assim, “O capitalismo de Estado tende, pois, a se combinar com o capital estrangeiro e a compartilhar com este os mecanismos de poder; e, mais ainda, a transformar-se no agente de dominação burguesa-imperialista.” (BAMBIRRA, 2013, p. 216). Uma releitura e interpretação da dependência, do subdesenvolvimento e da desconstrução da soberania nacional, encontra clarividência em Vânia Bambirra e Conceição Tavares, cuja ciência e práxis procura manter coerência histórica ao “[...] método *analítico*, o qual parte não *do* ser humano, mas do período da sociedade

economicamente dado [...]” (MARX, 2020, p. 61), cuja realidade latino-americana do século XXI se apresenta em sua concretude. Portanto,

O resultado final ao qual o desenvolvimento dependente conduz é, portanto, a agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da população dominada. Essa contradição, que leva à radicalização do regime político das classes exploradoras e assume, em muitos países, características neonazistas - das quais a melhor expressão é o Brasil - conduz à uma radicalização política acentuada da classe operária, do campesinato pobre e de setores da pequena-burguesia e das classes médias, apontando na direção da superação de suas ilusões nacionalistas e reformistas e orientando-se rumo a uma confrontação em termos de luta de classes. (BAMBIRRA, 2013, p. 217)

Em *perspectivas do Plano Real* (1994), Vânia Bambirra tecerá novamente uma crítica ao *mainstream* que dominava as ideias e a “política econômica antipopular” subserviente à cartilha neoliberal¹⁰ imposta pela hegemonia americana e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), “plano entreguista” concebido e implementado pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, com o apoio do capital internacional, da classe dominante e da mídia, o futuro presidente apresentou um plano de estabilização que, malgrado uma redução da inflação e, conseqüentemente à garantia do apoio de parte da classe trabalhadora ao pleito eleitoral em 03 de outubro de 1994. Assim, em contrapartida, o governo colocou em prática à “*privatização*” do patrimônio estatal (caso clássico, a venda da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD), cuja Medida Provisória liberava à participação de 100% do capital financeiro internacional no processo de “*internacionalização e desregulamentação da economia*” brasileira; o *arrocho salarial* que diminuindo à participação do Estado na correlação de forças da luta de classes, aumentou o “*desemprego estrutural*”; à política da desregulamentação, pois a “*economia de livre mercado*”, cujas vantagens estavam apenas para às multinacionais, gerava a falência da indústria nacional e o aumento da miséria social; a “*paridade do real com o dólar*”; a “*manutenção de altas taxas de juros*” necessárias à acumulação do capital em sua forma financeira/rentista, acelerando a concentração de renda, bases reais da recessão, do desemprego, da inflação e, “*a proposta de liquidar o déficit público agravando mais ainda a dívida social*”, contraiu o investimento público, pagando em dia a “*dívida externa*” (esta chegou a representar 53%

¹⁰ TAVARES, M. da C. Entrevista concedida ao programa Roda Viva - TV Cultura, 1995.

do orçamento nacional; em suma, o governo e o plano na realidade estavam alinhados ao fortalecimento da *hegemonia norte-americana*, aprofundando à redução do investimento, à *dependência* e à desconstrução da soberania nacional (BAMBIRRA, 1994 , p. 11-12). À guisa de conclusão e clareza teórica, Bambirra afirma que o povo brasileiro “[...] não votou propriamente no Real, e sim no imaginário do Real. Porém, ‘a verdade é sempre concreta’; ‘a prática é o critério da verdade’”. (BAMBIRRA, 1994, p. 13). Portanto,

O resultado da *política neoliberal* implementada na América Latina é contundente: a inflação foi contida mas a quebra de empresas levou ao aumento intenso do desemprego, a economia informal se expandiu, diminuindo a arrecadação fiscal, a classe média empobreceu, a miséria se generalizou e seu subproduto, a violência e a insegurança, prenunciam tensões e até guerras civis generalizadas. É só uma questão de tempo. Mas em nenhum dos países latino-americanos esse modelo foi implantado em vésperas das eleições, como um *estelionato eleitoral*. Talvez por isso, a versão brasileira tenha uma duração menor e suas consequências dramáticas conduzam à insurgência social a médio prazo [...] Com um certo apoio popular devido ao mau conceito dos políticos. *Mas o neoliberalismo está em decadência no continente e é nesse momento que o nosso país envereda de maneira ortodoxa em tal política.* (BAMBIRRA, 1994, p. 13, grifo nosso)

Maria da Conceição Tavares é a economista, cujo legado caminha para os 94 anos no próximo 24 de abril, que juntamente à Vânia Bambirra (1940-2015), têm na “História do Pensamento Econômico” e na vida política brasileira, imprescindível, atual e sublime contribuição ao pensamento crítico e à luta política no Brasil, luta do *pensar*, do *fazer* e do *transformar*. No livro *Celso Furtado e o Brasil* (2000), organizado por Conceição Tavares, é real e inquestionável à visão, teoria, história e luta social da intelectual militante, ousando junto ao povo brasileiro e à classe trabalhadora, sonhar e transformar os rumos da sociedade brasileira. Por isso, Conceição Tavares é categórica ao firmar sua posição na “História do Pensamento Econômico”, juntamente à sua atuação política nas batalhas pela democracia e soberania nacional, por isso,

Minha reavaliação do subdesenvolvimento é completamente diferente. Parto da visão de Celso Furtado e tento separar inicialmente a visão geoeconômica de centro-periferia da visão geopolítica do centro hegemônico. Reconheço que ambas, ordem econômica e ordem política, têm um elemento em comum: o dinheiro internacional. Vale dizer: tento reavaliar as relações centro-periferia, procurando manter a originalidade do pensamento de Furtado sobre subdesenvolvimento e tentando complementá-la com a visão geopolítica de Fiori. Depois faço uma releitura estilizada dos elementos endógenos de nossa estrutura de

dominação interna. Esta releitura se desdobra em duas partes, nas quais tento alinhar analiticamente os elementos histórico-estruturais que levaram o pacto de dominação brasileiro a manter-se – desde meados do século XIX – apoiado no patrimonialismo econômico e político, apesar da rapidez da industrialização e da urbanização do pós-guerra. Não se trata de nenhuma “teoria geral” da “modernização conservadora”, da “via prussiana” ou da “revolução passiva”, mas apenas de uma reflexão sobre a constituição das classes no capitalismo tardio brasileiro. No sistema de poder nacional, as Constituições e os regimes políticos mudam muito rápido, mas o pacto de dominação fundamental permanece fortemente amarrado à Lei de Terras e ao Código Comercial de 150 anos atrás. A sagrada aliança entre os donos de terra, do dinheiro e do Estado não permite que “nossas transições democráticas” se completem [...]. (TAVARES, 2000, p. 13)

O processo de formação da “sociedade nacional” e do “Estado nacional independente” no Brasil foi condicionado por uma situação de dependência, sendo que “[...] as elites no poder tendiam a localizar-se e a afirmar-se, historicamente, através e em nome da sociedade civil (a qual, apontamos, delimitava o espaço social de sua vivência e de sua experiência)” (FERNANDES, 2020, p. 56), porque sabemos que até então, “A democracia não era uma condição geral da sociedade. Porém, necessidade e recurso do equilíbrio, eficácia e continuidade da dominação estatal. O debate democrático tinha por fim estabelecer os limites de acordo (ou de desacordo) [...]” (FERNANDES, 2020, p. 57).

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspersas: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. A situação heteronômica é redefinida pela ação recíproca de fatores estruturais e dinâmicos, internos e externos. Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. Dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados. Entretanto, sob as condições históricas atuais, o novo padrão de imperialismo e a hegemonia dos Estados Unidos colocam uma questão dramática: podem os países latino-americanos atingir realmente a integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo? (FERNANDES, 1975, p. 26).

Em *Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes* (2000), Conceição Tavares orienta-nos para um guia de (re)interpretação da dominação do capital internacional e

suas “determinações” sobre o “capitalismo dependente”, analisando o *subdesenvolvimento* no bojo das relações do sistema capitalista mundial de um ponto de vista “geloconômico” e “geopolítico”, uma vez que o Brasil “continua subdesenvolvido e financeiramente mais submetido do que nunca”, nesse sentido é “que as condições para vencer o subdesenvolvimento mudaram acentuadamente” (TAVARES, 2000), sobretudo “depois da retomada da dominação imperial norte-americana na ordem internacional que acentuou o processo de ‘globalização’, sobretudo dos mercados financeiros, além do controle crescentemente centralizado das comunicações e da informação” (TAVARES, 2000, p. 133-134).

São “as condições e os fatores históricos-sociais” da “revolução burguesa no Brasil”, um processo que negou as possibilidades de um projeto de construção nacional, de nação democrática, cujo o *status quo* do pacto entre as oligarquias agrárias/burguesia industrial e o capital internacional sempre utilizaram o governo e o Estado, instrumentos de autoritarismo e dominação, baluartes do processo de exploração, poder e dominação de terras, territórios, da força de trabalho da classe trabalhadora e suas especificidades - mulheres, negros, imigrantes, marginalizados, entre tantas outras facetas da luta pela sobrevivência no bojo das periferias latino-americanas.

Desse processo surge um sistema de dominação mais complexo e impuro: a dominação burguesa-oligárquica. É necessário compreender que ainda que a burguesia alcance a hegemonia econômico-social sobre todo o processo de desenvolvimento que ocorre a partir de sua revolução burguesa, trata-se de uma *hegemonia comprometida*. É esta hegemonia burguesa comprometida que define o caráter e o modo de funcionamento do capitalismo dependente nesses países da América Latina e define também suas possibilidades e limites. (BAMBIRRA, 2013, p. 92)

É nesse contexto que o pensamento econômico foi [é] condicionado à luta de classes e suas determinações, de maneira a manter o “circuito fechado” e o “pacto de dominação burguesa” (FERNANDES, 2010; 2020). Portanto, é atual o dilema da *dependência/ subdesenvolvimento* e a impossibilidade da construção de um desenvolvimento socioeconômico, sobretudo, quando a contribuição da Mulher (e, toda à identidade da classe trabalhadora, seja do campo ou da cidade) é desconsiderada e apagada na história do pensamento econômico e ação política.

Finalmente, as relações de dominação e cumplicidade entre os agentes do dinheiro mundial e as burocracias do dinheiro nacional foram a

moldura estrutural que enquadrou a formação de nossas elites “cosmopolitas” e o caráter mais ou menos dependente – ou associado – de nossa burguesia com o capitalismo financeiro internacional. Estas relações financeiras desiguais terminam em geral num processo de endividamento externo do Estado, que conduz periodicamente ao estrangulamento das finanças públicas e alimenta os conflitos do governo central com as elites locais por tornar escassos os “fundos públicos” [...]. (TAVARES, 2000, p. 138)

Portanto, a luta política e a luta econômica presente na realidade brasileira têm no autoritarismo, no reacionarismo autocrático burguês e suas armas são articuladas contra o “tipo de democracia” (FERNANDES, 1990) e de “desenvolvimento socioeconômico” possível de integrar a grande massa do povo brasileiro e, mais ainda, superar a exclusão e a opressão sistemática da classe trabalhadora, dos povos originários, do negro, do campesinato e da Mulher, luta por liberdade, dignidade e vida, entre tantos golpes e opressões que chegaram à ceifar do processo democrático e da vida, a economista, presidente reeleita Dilma Rousseff (2016) e a socióloga, lutadora pelos direitos humanos, vereadora Marielle Franco (2018), reais situações que atestam para o quanto a classe dominante e seu apoiadores da condição de classe burguesa (como a classe média) são intolerantes e reacionários ao pensamento, liberdade e vida do “Povo brasileiro”. Por isso,

Nossas “transições democráticas”, além de periodicamente interrompidas, nunca alteraram o caráter concentrador da acumulação da riqueza capitalista, da distribuição de renda, ou a marginalização econômico-social permanente de uma parcela importante da população. Daí a impressão sistemática de que os ideais reformistas ou revolucionários estão “fora de lugar”, quando na verdade as idéias postas em prática pela chamada “sociedade civil” burguesa estiveram sempre no lugar que lhes competia: manter o poder econômico e político, nem que fosse abrindo mão dos seus princípios “liberais” em economia e, sobretudo, em política. Para manter em expansão o capital e assegurar a propriedade do território ocupado, nunca deixaram de recorrer ao intervencionismo de Estado e ao endurecimento político. (TAVARES, 2000, p. 140)

Nesse sentido, (re)afirmar o pensamento e a luta de Vânia Bambirra e Conceição Tavares, é tarefa árdua e necessária para toda à militância política e ao pensamento crítico, sobretudo das ciências econômicas e Política, lugares no Brasil, dominado por uma espécie *sui generis* de autoritarismo “autocrático” e “patriarcal”, condições estruturais e histórico-sociais do *establishment* em voga. É a reprodução do capital, no pacto entre as burguesias e os Estados nacionais em função da acumulação do capital, em suas novas

faces e métodos que mantêm o *status quo* das formas de opressão, dominação e dependência presentes no bojo do “capitalismo dependente”. Nesse ínterim,

A ideologia da ordem permeia o caráter autoritário que caracteriza os sucessivos regimes de governo depois da proclamação da República e “justifica” as periódicas intervenções militares como exercício de um “poder arbitral”. Ordem e progresso sempre significaram, em última instância, domínio sobre a terra e as classes subordinadas e acumulação “familiar” de capital e de riqueza, qualquer que fosse a inspiração ideológica – positivista ou liberal – das elites no poder. Nunca se conseguiu constituir, por isso, nenhuma espécie de consenso amplo que desse autonomia à chamada “sociedade civil” e permitisse governar de forma democrática e “republicana” o nosso país. As inúmeras Constituições nunca tiveram vida longa e, a rigor, o princípio republicano de que “todo poder emana do povo” foi sistematicamente atropelado pelas “elites” políticas que sempre optaram pelo proverbial “fora do Estado não há solução!”. (TAVARES, 2000, p. 141)

3. Vânia Bambirra e Conceição Tavares na luta política

As condições históricas, sociais, econômicas e políticas do Brasil são subordinadas aos interesses políticos da “revolução burguesa” “conservadora” e “autocrática” (FERNANDES, 2020), processo violento imposto pela classe dominante associada ao “capital financeiro internacional”, processo que não aponta as diretrizes e os rumos para um projeto de desenvolvimento nacional com soberania e autonomia.

A emergência de um política econômica em concomitância com a implantação de um Estado nacional independente é assunto muito controvertido entre nossos estudiosos. Para muitos ela seria uma conquista muito recente. Não nos colocamos entre os que pensam desse modo. Uma “política econômica” não é matéria de *ultima ratio*; para que ela exista, nem sequer é necessário o aparecimento de controles políticos ativos sobre seus processos econômicos ou seus efeitos indesejáveis. Basta que certas técnicas de dominação sejam aplicadas, por estamentos, classes sociais ou em nome da coletividade, na defesa de interesses ou da própria posição de dominação a partir da ordem legalmente estabelecida. (FERNANDES, 2000, p. 79)

A forma (e, conteúdo) como o Estado brasileiro atua em matéria de “política econômica” e “conflitos de interesse das classes” impõe à economia brasileira um “padrão de acumulação de capital” dominado pela dependência e financeirização, determinantes que assolam à vida e o cotidiano da classe trabalhadora, em meio às desigualdades e

violência à construção democrática, mantendo a histórica violência contra à Mulher¹¹ explorada pelas relações sociais capitalistas de dominação e de caráter machista. Por isso, “En este sentido, **no se trata tampouco de una lucha de mujeres para su liberación, sino que de una lucha de todos los explotados para liberar también a las mujeres. Esta es la forma correcta que debe asumir esta lucha [...]**” (BAMBIRRA, 1972, p. 15). Essa conjuntura complexa e diversa em suas manifestações da vida social está bem clara aos olhares atentos de Conceição Tavares (2019), pois,

Vivemos sob a penumbra da mais grave crise da história do Brasil, uma crise econômica, social e política. Enfrentamos um cenário que vai além da democracia interrompida. A meu ver, trata-se de uma democracia subtraída pela simbiose de interesses de uma classe política degradada e de uma elite egocêntrica, sem qualquer compromisso com um projeto de reconstrução nacional – o que, inclusive, praticamente aniquila qualquer possibilidade de pactação. (TAVARES, 2019, p. 307)

Em meio a vida sofrida e marginalizada das trabalhadoras e trabalhadores, produtores da riqueza, sabe-se bem como a classe proprietária do capital está pouco ou nada propensa à mudanças sociais, aos modos de participar, pensar e agir em defesa da democracia e soberania nacional. Considerando as forças sociais em movimento e o avanço do capital diante dos problemas econômicos e questões sociais que enfrentamos no séc. XXI, na “era das distopias”, visto que “Ninguém sabe como reagir se não há conceito e pensamento, organizados a partir de uma utopia” (TAVARES, 2014, p. 28), enquanto sociedade e Estado dominados por uma burguesia reacionária, autocrática e contrarrevolucionária (FERNANDES, 2020), a força da ação política capaz de transformar a vida do povo brasileiro é missão atribuída “a uma juventude sem vícios, sem amarras, de mente aberta, capaz de se indignar e construir” (TAVARES, 2019), devendo procurar-nos guiar o pensamento econômico por meio da Crítica da Economia Política, um conjunto de ferramentas que nos possibilitará método e firmeza de análise da realidade em seus determinantes, cujos fenômenos são sinais de um processo histórico e suas possibilidades de transformação social. Por isso,

¹¹ “Mulheres correspondem a 89% das vítimas de violência sexual no Brasil. Entre 2001 e 2011, 50 mil mulheres foram assassinadas, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) [...]. O panorama fica ainda mais agudo se recortamos as elevadas taxas de feminicídio, a partir do marcador raça. Segundo dados retirados do *Mapa da Violência 2015*, o assassinato de mulheres negras aumentou 54% nos anos de 2003 a 2013, enquanto o de brancas diminuiu na ordem de 9,8%. Mulheres negras com idade entre quinze e 29 anos têm 2,19 vezes mais chances de serem assassinadas no Brasil do que as brancas na mesma faixa etária, de acordo com o *IVJ* de 2017” (SCHWARCZ, p.184-186, 2019).

Vivemos a era dos números relativos. O Brasil caminha para fechar a década com sua pior performance econômica nos últimos 120 anos. A construção pesada deve cair 40% no acumulado de cinco anos. O peso da indústria no PIB desabarará para o menor nível desde que a série histórica é calculada. Nas últimas três décadas, o estoque de obras prontas caiu de 58,2% para 36,2% do PIB. Há mais de 4,7 mil obras paradas. Os desempregados, subempregados, desalentados e o precariado que inundam o país somam cerca de 40 milhões de brasileiros, recorde de iniquidade de todos os tempos. Do alto da minha idade, nunca vi desastre maior. Não faltam contrassensos por trás da tragédia. Um país que supostamente precisa fazer um ajuste fiscal draconiano de forma permanente com vistas ao crescimento sofre uma contradição vigorosa. O ajuste fiscal generalizado que se propala fundamental para o retorno da expansão econômica suprime os recursos necessários para oxigenar a economia e impulsionar o crescimento. Quem sempre convida a iniciativa privada a aportar recursos na atividade produtiva é o investimento público, de certa forma o garantidor da demanda na última linha. Na lógica perversa dominante, se o PIB não reagir, o ajuste fiscal terá de ser cada vez maior. E por que o PIB reagiria se políticas cada vez mais restritivas sequelam as possibilidades de resgate do crescimento mais à frente? É o cachorro correndo atrás do próprio rabo. (TAVARES, 2019)

Diante desse contexto de crise e dominação do capital que impera sobre a realidade brasileira, Conceição Tavares aponta para uma luta indispensável dentro da história do capitalismo dependente, organização das trabalhadoras e trabalhadores, luta necessária para construirmos o Brasil que queremos, pois a mudança passa por uma disputa pelo poder e pelo controle do Estado. Por isso, uma vez que “Chegamos, a meu ver, a um ponto de bifurcação da história: ou temos um movimento reformista ou uma revolução... precisamos de uma ação restauradora” (TAVARES, 2019, p. 310), é necessário defender e afirmar o pensamento econômico coerente ao planejamento de ações que visam um projeto de construção nacional, unindo campo e cidade, uma vez que “Com o neoliberalismo não vamos a lugar algum. Sobretudo porque, repito: historicamente o Brasil nunca deu saltos senão com impulsos do próprio Estado. Esses últimos dois anos têm sido pavorosos, do ponto de vista econômico, social e político” (TAVARES, 2019, p. 310). Concordamos com Tavares (2000), visto que no século XXI, a luta de classes e a teoria crítica confrontaram com às investidas do capital internacional associado à classe dominante e aos mecanismos do Estado, sobretudo na área econômica, mantendo-nos na condição de país subdesenvolvido, dependente, um território em disputa pela acumulação capitalista à nível mundial. Assim,

O Brasil, por ser um país excêntrico à ordem capitalista central – embora submetido a ela –, nunca sofreu ameaça bélica externa a seu Estado nacional, mas tampouco conseguiu construir uma nação democrática e independente do ponto de vista dos interesses das classes subordinadas.

Permeado por conflitos sociais de toda a natureza, dispõe, porém, de fortes organizações nacionais dos trabalhadores e do maior partido de esquerda da América Latina, tendo, portanto, condições de travar uma luta de classes original.

A condição lógica, mas não “historicamente necessária”, é que os espaços de conflito populares de múltiplas dimensões possam tornar-se convergentes pela primeira vez em nossa história. Desse modo, as lutas da conjuntura, se orientadas por uma coordenação política nacional flexível, mas lúcida, podem ser capazes de alterar as tendências de longa duração do nosso capitalismo tardio e autoritário. Os avanços populares estão sendo conquistados palmo a palmo, mas a resistência popular está sendo acompanhada de mudanças estruturais não controláveis. Seja como for, a história está aberta, a luta está se espalhando e se aprofundando e o futuro já começou. (TAVARES, 2000, p. 151)

Considerações Finais

Os resultantes da “revolução burguesa” no “capitalismo tardio e autoritário” brasileiro, segundo Tavares (2019), estão condicionados a uma certa ausência de um “espaço geopolítico” e de condições socioeconômicas reais capazes de transformar-nos numa nação verdadeiramente democrática e soberana. Assim,

Recorrendo periodicamente a golpes militares ou a intervenções políticas salvacionistas, o férreo pacto de poder conservador das classes dominantes não permitiu, até hoje, uma acumulação política de forças populares que levasse a uma participação societária ampliada, capaz de produzir uma verdadeira ordem democrática. (TAVARES, 2000, p. 143).

Com uma boa dose de otimismo realista, pois “O realismo é essencial” (TAVARES, 2019) e, espírito de luta revolucionária, como Vânia Bambirra nos ensinou, Conceição Tavares segue dando “aulas” e fortalecendo o “pensamento crítico” por novas auroras no Brasil periferia. Quando Marx (2011, p. 28-29) afirmava que “Não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher sua poesia [...] para chegar ao seu próprio conteúdo”, estamos convictos do trabalho intelectual militante tão presente no pensamento crítico latino-americano. A história “*avança para frente*”, exige um “resultado pedagógico” (FERNANDES, 2012, p. 75-76)

como princípio, esperança[r] que afirma à atualidade do pensamento e da luta política, otimismo realista presente em Vânia Bambirra e Conceição Tavares, pois,

[...] as rupturas revolucionárias da sociedade burguesa pressupõem uma nova razão histórica e, por conseguinte, exigem (ou deveriam exigir) uma linguagem adequada da história. O que equivale a dizer: a revolução social que põe em causa não só a ordem vigente, como sucedeu com as revoluções sociais anteriores, mas a existência e a sobrevivência da forma histórica mais complexa e avançada da sociedade antagônica, a sociedade burguesa, requer do historiador e da história uma reviravolta intelectual semelhante. Não se trata de um condicionamento ideológico de “sinal positivo” (pelo menos para o entendimento desta espécie de revolução social e do seu significado histórico). Porém de uma atitude científica suficientemente íntegra, plena (anti-ideológica e antimistificadora) e vigorosa para quebrar a corrente dos “preconceitos estabelecidos”. (FERNANDES, 2012, p. 76)

Portanto, “Da minha parte empenharei todas as minhas forças. Sou uma velha que não desiste e vai lutar por um Brasil melhor até o último dos seus dias” (TAVARES, 2019) e como afirmou Bambirra (2013), esperamos “estimular a polêmica” sobre a realidade latino-americana de um ponto de vista da totalidade histórica e da contribuição da mulher, tarefa imprescindível à construção do conhecimento, da luta contra a opressão e violência contra à mulher na atualidade. Que assim seja, por caminhos abertos, na firmeza de uma “trilha para uma nova trilha”, *Mulheres e Juventude* em marcha por uma América Latina e Brasil, onde sejamos realmente independentes e livres.

Referências Bibliográficas

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Trad. Fernando Correa Prado; Marina Machado Gouvêa. 2ª ed. Florianópolis, Insular: 2013. (Coleção Pátria Grande)

_____. As perspectivas do Plano Real, **terceiro mundo**, 1994.

_____. *Liberación de la mujer y lucha de clase*. **Revista Punto Final**, n. 151, Santiago de Chile, febrero de 1972.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 6ª ed. São Paulo: Contracorrente, 2020.

_____. (Org.) **Marx, Engels, Lenin: a história em processo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Introdução** [MARX, K. Contribuição à crítica da economia política]. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

_____. **A transição prolongada: o período-constitucional**. São Paulo: Cortez, 1990. (Biblioteca de educação. Série economia e política: v. 2)

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

JESUS, I. M. **As principais contribuições de Kalecki para o estudo dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Teófilo Otoni, 2019.

MARX, K. **Últimos escritos econômicos. Anotações 1879-1882**. Tradução Hyury Pinheiro. São Paulo: Boitempo, 2020. (Coleção Marx-Engels)

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)

_____. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os economistas)

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro terceiro. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986. (Os economistas)

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista (1848)**. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. L&PM. Porto Alegre, 2017.

_____. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, H. P. de, “Conceição Tavares: uma mulher política”, em Prado, Luiz Carlos D., (Org), **Desenvolvimento e Crise: ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**, Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2012, p. 205-226.

MELLO, J. M. C. de. A contrarrevolução liberal conservadora e a tradição crítica latino-americana. Em M. C. TAVARES & J. L. FIORI, **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

Memorial-Arquivo VANIA BAMBIRRA. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/>>. Acessado em 12 de março de 2023.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. Expressão Popular: São Paulo, 2011.

TAVARES, M. da C. “Um pacto restrito ao investimento e emprego”, **Inteligência**, Rio de Janeiro, jul-set. 2019.

_____. M. C. **Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e política**. Hildete Pereira de Melo (Org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

_____. TAVARES, Maria da Conceição. Restaurar o Estado é preciso, **Inteligência**, Rio de Janeiro, out-dez. 2017.

_____. TAVARES, Maria da Conceição. A era das distopias, **Inteligência**, Rio de Janeiro, jan-mar. 2014.

_____. M. C. (2000). “Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes”. In: TAVARES, M. C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. (1999). Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.) **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. (1995). **Programa Roda Viva - TV Cultura**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xKXT_gfBbIA> Acessado em 08 de março de 2023.

TAVARES, M. da C. o & MELIN, L. E. “Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana”. Em M. C. TAVARES & J. L. FIORI, **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

RUBIN, I. I. **História do pensamento econômico**. Tradução Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SANTOS, M. (1997). **Roda Viva Retrô**. Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=xPfkiR34law>> Acessado em 01 de março de 2023.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WOOD, E. M. “As Origens Agrárias do Capitalismo”. Artigo publicado originalmente em **Monthly Review**, vol. 50, n. 3, julho/agosto de 1998. Tradução de Lígia Osório Silva.